PARECER Nº /2013
PROJETO DE LEI Nº 77/2013
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL DELVITO ALVES
RELATOR: VEREADOR PAULO DO SAAE

Relatório

De autoria do Sr. Prefeito Municipal Delvito Alves, o Projeto de Lei nº. 77/2013 “Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos Volumosos – SGRCC - e o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Volumosos e dá outra providência”.

A matéria veio justificada.

O objeto da presente proposição é dotar o Município de mecanismos complementares para garantir a sustentabilidade ambiental urbana, inserindo uma política disciplinadora da destinação adequada dos resíduos da construção civil e outros resíduos volumosos produzidos diariamente pela população.

Recebida em 21 de abril de 2013, por parte da nobre Presidenta do Poder Legislativo, a presente proposição foi distribuída à esta douta Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça Redação e Direitos Humanos em 22 de abril de 2013, para a análise prevista no art. 102, I, “a” e “g” do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma avaliação dos aspectos legais e constitucionais da matéria.

Tecidas estas considerações passemos a apreciar o cerne do desiderato em almejo.

Fundamentação

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do estatuído no art. 102, I, “a”, “g” e “i” da Resolução nº 195/92.

A proposição está entre aquelas de competência de legislação local, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal – LOM - :

Art. 2º São objetivos fundamentais e prioritários do Município, atendidas as competências da União e do Estado:

(...)

V - garantir, de forma ordenada, o desenvolvimento municipal.

(...)

A competência legislativa está, também, disposta na LOM:

Art. 17. Compete privativamente ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

(...)

X - a política administrativa de interesse local, especialmente em matéria de saúde e higiene públicas, construção, trânsito e tráfego, plantas e animais nocivos e logradouros públicos;

(...)

XIII - concessão e permissão dos serviços de utilidade pública e autorização de atividades de interesse coletivo;

(...)

XXI - ordenamento das atividades urbanas e fixação de condições e horários para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, observadas as legislações federal e estadual pertinentes à matéria;

XXII - licenciamento de atividades e estabelecimentos que exijam condições de ordem, segurança, higiene e moralidade e cassação dos que violem normas de bons costumes, sossego público e saúde;

(...)

O Nobre Autor tem a iniciativa da matéria garantida no art. 188, III do Regimento Interno desta Egrégia Casa.

No que tange aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos e regimentais do Projeto de Lei em epígrafe, não há quaisquer ressalvas a serem feitas para possibilitar a sua tramitação por esta Casa Legislativa. Constitucional porque observou a exclusiva predominância de interesse local, não usurpou competência inerente à iniciativa e à matéria, bem como não violou nenhuma regra atinente ao devido processo constitucional legislativo.

No processo de consolidação urbana que o país atravessa, é compreensível que o esforço dos municípios brasileiros tenha, num primeiro momento, focado o manejo adequado e sustentável dos resíduos domiciliares e dos gerados nos estabelecimentos de atenção à saúde. Em que pese o quadro de carências que ainda persiste, é inegável o avanço desses segmentos, sobretudo nos maiores centros urbanos do país.

Dados levantados em diversas localidades mostram, por outro lado, que resíduos da construção civil têm uma participação importante no conjunto dos resíduos produzidos, podendo alcançar a cifra expressiva de até duas toneladas de entulho para cada tonelada de lixo domiciliar. Tais dados mostram, também, que a ausência de tratamento adequado para tais resíduos está na origem de graves problemas ambientais, sobretudo nas cidades em processo mais dinâmico de expansão ou renovação urbana, o que demonstra a necessidade de avançar, em todos os municípios, em direção à implantação de políticas públicas especificamente voltadas para o gerenciamento desses resíduos.

Nesse contexto foi aprovada a Resolução nº 307, de 05/07/2002, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que criou instrumentos para avançar no sentido da superação dessa realidade, definindo responsabilidades e deveres e tornando obrigatória em todos os municípios do país e no Distrito Federal a implantação pelo poder público local de Planos Integrados de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, como forma de eliminar os impactos ambientais decorrentes do descontrole das atividades relacionadas à geração, transporte e destinação desses materiais. Também determina para os geradores a adoção, sempre que possível, de medidas que minimizem a geração de resíduos e sua reutilização ou reciclagem; ou, quando for inviável, que eles sejam reservados de forma segregada para posterior utilização.

Após a análise do mérito, que deverá ser feita pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Meio Ambiente, Política Urbana e Habitação, nos moldes do artigo 102, inciso VII, alínea “i”, deverá o Projeto de Lei nº 77/2013 retornar a estar. Comissão de Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para que seja dada forma à matéria, afim de que seja aprovada segundo a técnica legislativa para correção de eventuais erros de linguagem, defeitos ou erros materiais, em conformidade com o disposto no art. 275 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conclusão

Ante o exposto, voto favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 77/2013.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 27 de agosto de 2013.

VEREADOR PAULO DO SAAE
Relator Designado